

FABIANE MAAHS

A CRISE ECONÔMICA DE 2008 NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Igor Zanoni Constant
Carneiro Leão

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANE MAAHS

A CRISE ECONÔMICA DE 2008 NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito para conclusão do de Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Orientador – Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. José Moraes Neto
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 05 de Dezembro de 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar como a crise econômica, iniciada no ano de 2008, afetou a economia mundial, e quais foram as medidas tomadas pelos Estados Unidos, Brasil, e alguns países europeus para que suas economias não fossem destruídas pela ação da crise.

O trabalho apresenta informações sobre os motivos que culminaram na crise econômica mundial no ano de 2008, abordando as medidas de proteção tomadas pelos governos com a finalidade de estancar os efeitos da crise nascida da bolha no mercado imobiliário americano. Por ser a maior economia mundial, gerou reflexos nas economias de países europeus e para a nossa economia brasileira. E países como Grécia, Alemanha, Espanha, Portugal e Irlanda, foi necessário a adoção de medidas como corte de gastos públicos e aumento de impostos. Para o Brasil, o governo adotou medidas imediatas após o estouro da crise que proporcionaram ao país um impacto menos nocivo a economia. Aumento do salário mínimo, investimentos públicos e redução de cargas tributárias foram exemplos de medidas emergenciais tomadas pelo governo brasileiro.

Palavras-Chave: Crise. Medidas de Proteção. Reflexos nas economias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA NOS ESTADOS UNIDOS	17
---	----

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS ESTADOS E UNIDOS DE 1999 À 2011	10
QUADRO 2 – DADOS DE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	19
TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC	23

LISTA DE SIGLAS

COPOM – Comitê de Política Monetária

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 O ANTECEDENTE DA CRISE.....	09
2.1 O IMPREIALISMO AMERICANO	11
3 ENTENDENDO A CRISE NO BRASIL	17
3.1 BRASIL: AS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO LULA DIANTE DA CRISE	21
4 COMO A CRISE SE APRESENTOU NA EUROPA	25
5. COMO O GOVERNO AMERICANO E PAÍSES EUROPEUS REAGIRAM DIANTE DA CRISE	26
5.1. EFEITOS DA CRISE AOS PAÍSES DENOMINADOS PIGS	26
6 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a um levantamento das medidas de proteção tomadas a fim de amenizar os efeitos negativos nas economias com o uso de dados relacionados à crise econômica ocorrida no ano de 2008. A crise iniciou com a chamada Bolha Imobiliária, em que os cidadãos americanos estão deixando de pagar as prestações da casa própria, gerando um abalo em todas as empresas do ramo financeiro imobiliário.

Sendo os Estados Unidos da América, o país de economia mundial, mais forte, acendeu o estopim responsável pelo início da crise, que em pouco tempo atingiu todo o mundo.

O resultado foi o aumento da inadimplência e redução de fornecimento de crédito, aumento da taxa de juros e queda na produção. Isso resultou em desemprego, baixa produtividade e queda do PIB e redução de crescimento.

Países da União Européia foram penalizados de forma pesada pela crise, e foi preciso a implementação de medidas de austeridade por parte do Fundo Monetário Internacional, as quais abrangem a redução de gastos públicos com o intuito de sanar as dívidas dos países e políticas econômicas restritivas para limitação de consumo.

Brasil e Europa tomam medidas anti crise com a finalidade de protegerem o mais rápido possível as suas economias diante da crise, cada qual com seus focos e necessidades.

O Neoliberalismo até então tido como uma linha eficiente deixando os mercados agirem por conta própria, viu suas teorias caírem por terra quando a única salvação para muitos países foram as medidas adotadas pelos governos, nas suas individualidades e em blocos, a fim de unirem-se contra uma crise que assolou a economia mundial em sua plenitude.

2. O ANTECEDENTE DA CRISE

Na década de 1990, a economia americana, apresentava problemas, com crises em balança de pagamento, déficit de conta corrente e déficits públicos também. Algo muito comum em economias emergentes. Contudo, os sistemas financeiros americanos, já vinham apresentando desregulação desde a década de 70, mas como os mercados têm poder de auto-regulação, com o tempo se tornou um mercado eficiente. Este sistema de auto-regulação, era considerado eficiente e durante o governo de Ronald Reagan, um modelo de mercado neoliberal (PEREIRA, 2008).

Já no início dos anos 2000, com o contínuo crescimento global, o déficit do setor privado, das famílias e o déficit das transações correntes, eram muito altos e assim a capacidade produtiva do país ficava desprotegida, e as movimentações nas taxas de câmbio poderiam ser perigosas. Para evitar o chamado déficit estrutural, o governo americano trabalhou com cortes de taxas de juros e corte de impostos. Os gastos públicos também foram reduzidos.

Com o seguido endividamento das famílias americanas, instituições financeiras passaram a conceder empréstimos hipotecários sem controle á estas famílias já endividadas. As famílias não teriam capacidade de saldar esses empréstimos, principalmente quando as taxas de juros comesçassem a subir. Problema se agravou, quando essas instituições financeiras securitizaram, ou seja, essas instituições assumiram esses títulos de crédito e os tornaram negociáveis no mercado interno e externo (PEREIRA, 2008).

Os considerados títulos podres, tiveram grande influência no que diz respeito ao início da crise. Os bancos e instituições financeiras, sem lastro ou “funding”, ao executarem suas garantias das dívidas, encontraram uma desvalorização incompatível com a inadimplência que se instalou. Isso levou algumas instituições, a recorrerem ao Banco Central americano, a fim de auferirem lastros para suas operações e dar continuidade em seu funcionamento. Para melhor entender a questão dos títulos podres, vamos falar sobre o crédito que propicia a acumulação de capital.

O crédito permite com que sejam compradas mercadorias e leva à circulação de capital. Com isso, se permite o aumento da produção que aumenta a escala de acumulação de capital. No mercado financeiro, esse capital é negociado em forma de títulos que são comprados em valores menores, e vendido em valores maiores, gerando lucro às instituições financeiras (PEREIRA, 2008).

O problema surge, quando esse crédito é criado na produção e evolui para uma situação em que os valores de origem deste crédito não tem mais a mesma relação anterior, isso é chamado de especulação e leva uma valorização fictícia desse crédito e o valor do mesmo, não volta para o processo produtivo. Inicialmente, a questão especulativa gera um crescimento com base no lucro, os quais aparecem de forma rápida e estimulam operações de curto prazo. Características como essa em uma economia, são de fontes neoliberalistas, em que há pouca intervenção do Estado na economia do país. Esse foi o caso da economia americana nas décadas de 80 e 90. A partir dos anos 2000, o liberalismo econômico imperou nos EUA, e sem o controle do estado nas quantidades de operações de securitização. No restante do mundo, também aumentou o uso de recursos desse tipo, e sem o controle do crédito, houve a necessidade de uso de fundos institucionais. Ao mesmo tempo que a circulação desse tipo de crédito gerou rentabilidade, os processos de securitização se multiplicaram, e houve um aumento dos ativos financeiros diante dos ativos da produção. Esse processo gerou uma instabilidade financeira e conseqüentemente, á crise (PEREIRA, 2008).

O crédito exige rendas oriundas da produção para honrar os títulos e com isso, manter a rentabilidade com o passar do tempo. Do contrário, as rendas da produção ficam escassas e deixam de comprar os títulos de produção para serem valorizados.

Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de crescimento Real (%)

País	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estados Unidos	4,1	5	0,3	2,45	3,1	4,4	3,2	3,2	2	1,1	-2,6	2,8	1,7

QUADRO 1 – DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS ESTADOS UNIDOS DE 1999 A 2011

FONTE: INDEXMUNDI (2012)

O uso dos fundos de pensão e a ação neoliberalista do capital, mantiveram o mercado financeiro servido de recursos e aquecido, mas o processo de deflação nos

ativos gerada pelas expectativas de baixa de preços, contamina a economia real, e a crise aponta (PEREIRA, 2008).

Tudo começa a mudar, com uma onda de queda de preços, e as empresas passam a ficar sem crédito para dispor de capital de giro. Sem capital de giro, as dívidas não são pagas levam aos ativos serem vendidos a preços baixos. Sem condições de produzirem, as empresas começam a demitir seus funcionários.

Cresce a demanda por dinheiro e a solução seria evitar que a crise da liquidez se torne em insolvência geral, atendendo a demanda por dinheiro. Nesse caso, o governo tem de entrar em ação. Por ter sido uma crise de caráter deflacionário e especulativo, o ideal seria evitar deixar a crise deteriorar aqueles que têm menor reserva de capital, mantendo medidas para evitar o desemprego e manter a renda. (PEREIRA, 2008).

Em casos como esse, o Estado tem de entrar em ação, promovendo a queda da taxa de juros e sinalizar aos investidores que estes devem investir. Além disso, é preciso que o Estado garanta a demanda para que o mercado diminua os investimentos e o crescimento. (PEREIRA, 2008).

2.2 O IMPERIALISMO AMERICANO

Os Estados Unidos, país que encontra-se com sua economia em primeiro lugar no *hanking* entre os países mais ricos no mundo. Segundo dados do FMI, em 2014, o país apresentou um PIB de US\$ 17, 528 trilhões¹, confirmando assim sua hegemonia econômica, mesmo sendo ele o país que despertou uma crise econômica mundial no ano de 2008. Com o intuito de entender como os Estados Unidos da América conseguiu se manter como líder mundial na economia é preciso entender um pouco sobre a história econômica deste país.

Para Harvey D. (2003, p. 31), diz que o imperialismo é um capitalismo que pode ser considerado como um imperialismo político, que tem como objetivo, concentrar o domínio de um território, dos recursos naturais e humanos e de um território, como

um todo, para fins políticos, militares e econômicos, a fim de definir os interesses deste Estado e definir suas metas.

A partir de 1970 até os anos 2000, os EUA apresentaram uma linha de economia, baseada em conceitos neoliberais.

Na década de 70, o país não dependia mais do padrão ouro como base material de valores. Então, adota-se um sistema monetário descentralizado, onde o fluxo de capital acontecia através dos chamados eurodólares (são recebimentos recebidos por¹ não americanos, e depositados em bancos fora dos EUA. Foi normalmente chamado de eurodólar por ser uma prática mais comum na Europa, mas os depósitos também acontecem em bancos da Ásia, Oriente médio, entre outros países). Esses eurodólares seriam resgatados pelos bancos americanos, na década de 90, dando ênfase ao centro financeiro na economia. Além disso, nessa mesma época, os EUA já não dependiam mais das reservas de petróleo do oriente médio, não se prejudicando com a alta dos preços do produto (HARVEY, 2003).

Ainda na década de 70, o país passou por um longo período de controle por parte do governo do Estado, sobre a massa trabalhadora, se empenhando em conter movimentos trabalhistas. Com essa contenção, o Estado tinha o intuito de manter a paz social no país, e também aumentar o capital excedente. No restante do mundo, o processo não era muito diferente: o capital excedente surgiu da grande classe trabalhadora que com baixa remuneração e sem condições de se organizar, produzia um capital excedente, mas mesmo assim, ainda havia alta taxa de desemprego e baixos salários. A produção atingiu uma reação, e os mercados financeiros se abriram para o comércio internacional. Para os EUA, o capital financeiro se manteve em hegemonia e se manteve sobre a classe operária e também sobre o Estado (Harvey, 2003).

Com as mudanças tecnológicas e também com uma redução de custos de transporte, unindo as mudanças políticas, trouxeram benefícios e cobertura dos custos fixos de relação, permitindo ao capital produtivo mobilidade, e fazendo o capital financeiro se alimentar dele. Essas mudanças causaram períodos de industrialização, combinados com desindustrialização, dentro dos EUA, mas no

¹ Fonte Oreiro, J. Luiz , Causas e Impacto das Crises. Valor econômico 2011. Acesso em 05/10/2014.

restante do mundo, foi possível observar uma melhoria na produção e um aumento da busca por lucros. Com essa expansão do capital americano, fica evidente o poder dos EUA sobre as finanças em todo o mundo. A dependência dos EUA do comércio externo, gerou a necessidade de proteção das relações comerciais assimétricas e do poder político do país (HARVEY, 2003).

Na década de 80, a economia americana é marcada por projetos de desenvolvimento de produtos e superioridade produtiva. Um período de reajuste de técnicas de produção e de relação de trabalho, melhorado. Com essa expansão da tecnologia e da produção, os EUA passam a implementar as chamadas empresas multinacionais e esse capital americano, é visto em todo o mundo.

Enquanto os EUA estavam se mostrando uma economia com base na rentabilidade, o restante do mundo ainda caminhava com economias ditas domésticas. Para os EUA, a expansão de sua tecnologia e produção, através de empresas multinacionais trazia alta rentabilidade interna possibilitando um alto grau consumista da população interna do país, mas para o restante do mundo, se mostrava volátil e predatório, pois os outros países não apresentavam condições de prover acumulação de capital por meio da reprodução expandida e sofriam constantes processos de desvalorização e destruição de seu capital. Neste quadro, o FMI e o Banco Mundial, foram os mais procurados (Harvy, 2003).

Nos anos 90, no governo de Bill Clinton, a economia americana se organizou por um sistema multilateralismo centralizado, e este sistema, se organizou ao redor do mundo através da regionalização da economia comandada por uma estrutura triárquica formada pela América do Norte (NAFTA – Associação de Livre Comércio da América do Norte) e pela Europa (a União Européia), e também pelas relações comerciais do Leste e Sudeste Asiático. Ao longo desta data, os valores ativos no país o levaram a um alto ganho de produtividade unido a uma teia de relacionamentos, mantinham a economia norte – americana com um rápido crescimento levando consigo grande parte do mundo a demonstrar consideráveis taxas de acumulação de capital (HARVEY, 2003).

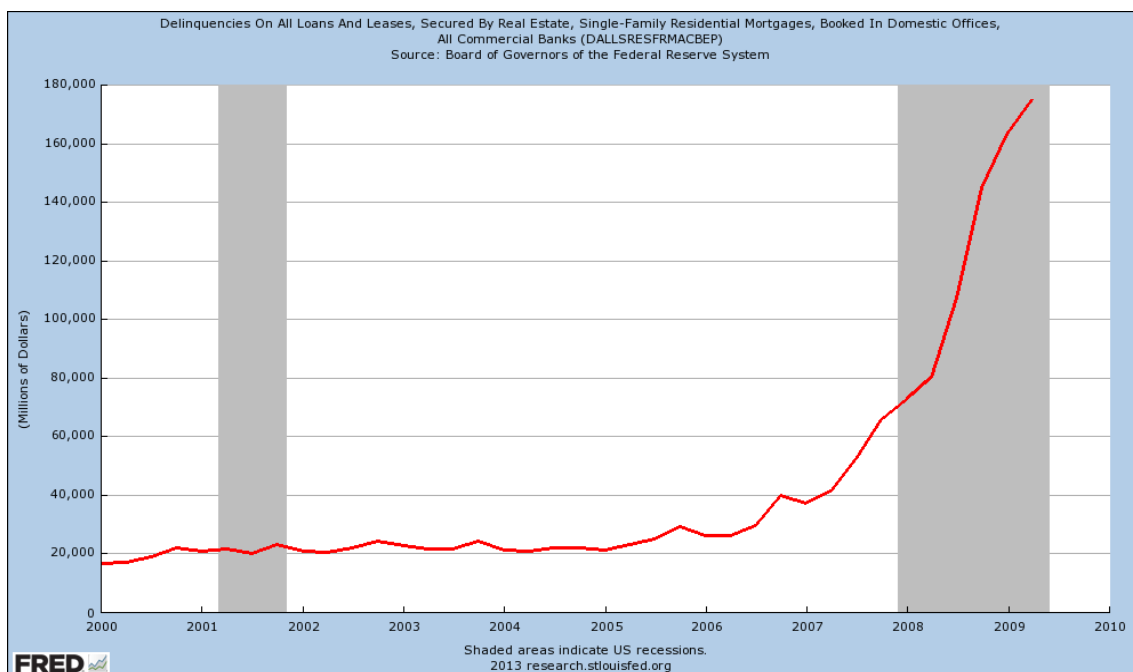
Nos anos 2000, com pouco mais de 300 milhões de habitantes, os EUA possuíam um PIB de aproximadamente US\$13,8 trilhões. Para efeito de comparação, os países da União Européia (num total de 27 países até 2008, incluindo 4 países do

G8 – grupo dos países mais ricos do mundo e mais a Rússia – que são Alemanha, Itália, França e Reino Unido) é de US\$16,8 trilhões. Como se vê, sozinho os EUA produziam quase o mesmo que todo o bloco europeu. Sozinho, os EUA importavam US\$ 2 trilhões em produtos e serviços do resto do mundo. Pela bolsa de Nova York eram negociados US\$35 trilhões em ações todo ano. Na bolsa NASDAQ, voltada para ações de empresas do ramo tecnológico, outros US\$17 trilhões. Logo depois da crise das empresas “pontocom”, em 2001, o Federal Reserve (Fed, o BC americano) passou a reduzir sua taxa de juros, a fim de baratear empréstimos e financiamentos e encorajar consumidores e empresas a voltarem a gastar; Os consumidores voltaram a comprar. Com a compra aquecida de imóveis, os preços destes começaram a subir. Os imóveis viraram fonte de investimento: compra-se barato hoje para, num futuro, revender por um preço maior e lucrar com a diferença, ou simplesmente ter a garantia de um investimento valorizado; cresceu a procura por hipotecas, ou seja, os americanos pediam dinheiro emprestado aos bancos dando como garantia de pagamento as suas próprias casas. Usavam este dinheiro para consumir mais e mais e, inclusive, comprar mais de uma casa. Grandes empresas hipotecárias começaram a emprestar dinheiro para uma classe de maus-pagadores e mesmo de inadimplentes, a chamada “subprime”. Neste caso, claro, os juros pelo risco é, maior, o que garantia maiores lucros para a empresa que empresta o dinheiro. A partir de 2001, as financiadoras deste segmento começaram a acumular crédito e venderam estas carteiras para bancos de investimento. Desta forma, elas recebiam antecipadamente o valor das operações. E os investidores recebiam o valor emprestado e mais o juro que, no segmento “subprime”, é bem maior. Este retorno mais elevado atraiu gestores de fundos e bancos em busca de retornos maiores. Mas o Banco Central Americano precisou aumentar os juros e o consumo diminuiu e começaram a comprar menos imóveis, o que fez o preço dos mesmos começar a cair. Logo, aqueles títulos hipotecários começaram a perder valor. Surgiu, ainda, a inadimplência devido a um crescimento menor da economia, maior desemprego e custo de vida. As pessoas começaram a deixar de pagar as hipotecas. Os bancos emprestavam entre si dinheiro. Mas com o cenário de possível inadimplência nas hipotecas “subprime”, os bancos não queriam mais emprestar dinheiro entre si, pois um não sabia se o outro estava lastreado sobre o pagamento daquelas hipotecas que

não seriam pagas, ou seja, podres. Com isso, o valor dos títulos lastreados em hipotecas despencou e o juro no empréstimo interbancário aumentou. É a chamada “crise de confiança”, ou seja, com medo de que o banco tomador do empréstimo não possa pagar, os bancos pararam de emprestar dinheiro entre si. Acontece que as pessoas e empresas precisam retirar dinheiro do banco. Querem fazer um saque para consumir, investir, ou pagar impostos, por exemplo. E os próprios bancos precisam financiar ou rolar dívidas deles próprios, contraídas em operações cotidianas. Então os bancos, muitas vezes, sem ter dinheiro próprio suficiente, precisam de crédito para cobrir temporariamente esta despesa. Com este crédito restrito devido aos altos juros, os bancos não conseguem garantir que haverá dinheiro para as pessoas retirarem e nem para pagar suas dívidas. Aqui é quando entram os Bancos Centrais, injetando dinheiro a juros baixos para garantir dinheiro no caixa dos bancos. Se isso não resolver, a solução é abrir falência (e sim, se você tivesse dinheiro lá ele simplesmente sumiria) ou tentar que alguém compre o banco e garanta dinheiro no caixa. Diversos bancos tradicionais acabam sendo incorporados por outros ainda maiores, numa tentativa de evitar uma quebra e, pior, uma crise de confiança, aonde todos iriam aos seus bancos retirar seus dinheiros e aí todos os bancos quebrariam de uma só vez. Outro problema: se você perde seu dinheiro, você não compra. Então, há menos consumo, menos emprego e, assim, ainda menos dinheiro circulando. Agora, lembre-se que não são apenas pessoas que têm dinheiro em bancos: empresas também guardam seu dinheiro lá para pagamento de dívidas e investimentos. Além dos bancos, as hipotecas que deixam de ser pagas espalham o prejuízo e desconfiança por toda a cadeia daqueles que compraram títulos lastreados em hipotecas. Então, imagine que lá na China comece a ocorrer o mesmo. Os bancos de lá não sabem quem está lastreado sobre títulos hipotecários “podres” dos EUA, e decidem emprestar dinheiro a juros ainda mais altos, dificultando o crédito. Os bancos que não conseguem crédito o suficiente, acabariam falindo, o dinheiro sumiria do mercado, as pessoas consumiriam menos, produziriam menos, teria mais desemprego, etc. Neste cenário onde as pessoas consomem menos sobra mais comida, petróleo, ferro. Se há mais oferta que demanda, o preço destas “commodities” cai. Se o preço delas cai, os produtores que possuem contratos que serão pagos no futuro, ficam no prejuízo. Afinal, você produz

sua commodity com os custos de hoje, mas no futuro ela fica muito mais barata e o pagamento que você recebe não paga nem o custo de produção. No vermelho, você precisa de mais dinheiro emprestado dos bancos, mas os bancos não estão mais emprestando tão facilmente e o produtor também pode vir a quebrar. E mesmo quando você consegue produzir, muitas vezes precisa de crédito para custear o envio da produção para outro país, por exemplo. E este empréstimo também ficaria dificultado em caso de retração da oferta de crédito. Com isso você não consegue vender por um preço bom, não cobre suas dívidas e demite funcionários. Menos dinheiro circulando, mais desemprego, menos consumo. E assim temos um ciclo infinito de mais desemprego e menos consumo, é a chamada recessão. É importante frisar aqui que o crédito é muito importante no mundo capitalista. A escassez do mesmo faz as engrenagens emperrarem. Como a desconfiança é generalizada pelo mundo, todo o sistema capitalista pode sofrer um solavanco e entrar em recessão junto com o coração dele, os EUA, que foram irresponsavelmente os criadores de um buraco sem fim de empréstimos que poderá tragar o resto do mundo. Como se vê, o modelo neoliberal permitiu que os mercados ultrapassassem o limite da irresponsabilidade (HARVY, 2003).

GRÁFICO 1 – AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA NOS ESTADOS UNIDOS



Fonte: <http://www.mises.org.br>, acesso 20/11/2014

2. ENTENDENDO A CRISE NO BRASIL

Para melhor entender como o Brasil enfrentou essa crise, podemos analisar como o governo brasileiro decidiu implementar algumas medidas econômicas e como se encontrava a saúde financeira do país no momento.

A partir do último quadrimestre de 2008, mais especificamente, a partir do mês de Setembro, o país começou a sentir o impacto da crise econômica mundial. Os efeitos apareceram na retração da atividade produtiva, na redução das ofertas de emprego (devido a restrições monetárias a que as empresas foram submetidas). Diante disso, o governo brasileiro implementou várias medidas para diminuir os efeitos da crise no país (NARDES, 2008, p. 13).

Segundo o Tribunal de Contas da União (2008), nos três meses finais do ano de 2008, o PIB brasileiro sofreu uma redução de 3,6%. Essa redução foi marcada pela retração de 7,4% no setor industrial (o setor que mais recebeu o impacto da crise) e para a demanda interna, a redução foi de 9,8%. As ações do governo brasileiro abrangeram as áreas fiscal, monetária, creditícia e cambial.

Com os dados apresentados na prestação de contas do Governo da República de 2009 e baseado em informações de órgãos específicos, o Tribunal de Contas da União, analisou qual foi o impacto da atuação do governo para uma gradual recuperação da economia do país, observada a partir do segundo trimestre de 2009, quando houve uma reversão da queda do PIB. Como resultado, o PIB caiu apenas 0,2%, conforme demonstrado na análise relativa ao desempenho da economia. Nas áreas fiscal, monetária e creditícia o governo adotou tanto medidas gerais quanto ações específicas voltadas aos demais setores (NARDES, 2008 et al. 2008, p. 13).

No exterior, o resultado da crise, afetou a demanda mundial e diminuiu a capacidade instalada, seguida de aumento da taxa de desemprego. Para o Brasil, houve uma valorização do dólar com as remessas de moedas estrangeiras e desvalorização das demais moedas em relação ao dólar. Houve também uma redução dos preços das *commodities* que levou ao aumento da quantidade demandada destes produtos, elevando o valor das exportações no país. Houve um aumento de investimentos brasileiros no exterior, e um aumento de investimentos internacionais no país. Além de aumento de reservas internacionais, podemos citar a redução da dívida líquida do

setor público como proporção do PIB, mas houve um aumento do risco-país (NARDES, 2008 et al. 2008, p. 14 -15).

O Banco Central brasileiro fez forte intervenção no mercado de câmbio com a finalidade de conter as quedas no mercado financeiro e concedeu novas linhas de crédito e financiamentos para a manutenção da produção agrícola e industrial no país.

Outra medida tomada inicialmente, eleva o limite de dedução do compulsório sobre a parcela adicional (que inclui depósitos à vista, a prazo e de poupança) de R\$ 300 milhões para R\$ 1 bilhão. O limite de dedução do compulsório sobre depósitos a prazo passou de R\$ 700 milhões para R\$ 2 bilhões².

Recolhimentos compulsórios – alíquotas

Período		Recursos à vista	Depósitos a prazo	Poupança		Posição vendida de câmbio	DI das Soc. De Arrendamento Mercantil	Exigibilidade adicional		
				Habitacional	Rural			Recursos à vista	Depósitos a prazo	Poupança
2008	Mai	"	"	"	"	-	5%	2/	"	"
	Jul	"	"	"	"	-	10%	2/	"	"
	Set	"	"	"	"	-	15%	2/	"	"
	Out	42%	"	"	"	-	"	5%	5%	"
	Nov	"	"	"	15%	-	"	"	"	"
2009	Jan	"	"	"	"	-	0%	3/	"	4%
	Set	"	13,5%	"	"	-	"	"	"	"
2010	Mar	"	15%	"	"	-	"	8%	8%	"
	Jun	43%	"	"	16%	-	"	"	"	"
	Dez	"	20%	"	"	-	"	12%	12%	"
2011	Abr	"	"	"	"	60%	4/	"	"	"
	Jun	"	"	"	17%	"	"	"	"	"
	Jul	"	"	"	"	60%	5/	"	"	"
2012	Jul	44%	"	"	"	"	5/	"	6%	"
	Set	"	"	"	"	"	5/	"	0%	"
	Out	"	"	"	"	"	5/	"	11%	"
	Dez	"	"	"	"	"	6/	"	"	"
2013	Jul	"	"	"	18%	0%	6/	"	"	"
2014	Jul	45%	"	"	19%	0%	6/	"	"	"

1/ O recolhimento baseava-se na soma das seguintes parcelas:

I - exigibilidade apurada consoante as normas vigentes em 30 de junho de 1994 (50%) para os seguintes períodos de cálculo:

a - instituições do grupo "A": de 23 a 29 de junho de 1994, chamado de "período base";

b - instituições do grupo "B": de 27 a 30 de junho de 1994, chamado de "período base".

II - 100% do acréscimo entre a média do valor apurado no período de cálculo em relação à média apurada no "período base".

2/ Inclui, também, 100% da variação, se positiva, da base de cálculo definida em 31 de janeiro de 2008.

² Fonte: <http://economia.uol.com.br>, 2008, acesso em 12.11.2014

- 3/ Os Depósitos Interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil foram incluídos na base de cálculo da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.
- 4/ Sobre a soma das posições vendidas (saldo diário) menos as posições compradas deduzidas do menor valor entre US\$3 bilhões e o Patrimônio de Referência Nível I.
- 5/ Sobre a soma das posições vendidas (média móvel de cinco dias úteis consecutivos) menos as posições compradas deduzidas do menor valor entre US\$1 bilhão e o Patrimônio de Referência Nível I.
- 6/ Sobre a soma das posições vendidas (média móvel de cinco dias úteis consecutivos) menos as posições compradas deduzidas do valor de US\$3 bilhões.

QUADRO 2 – DADOS DE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.
 FONTE: BANCO CENTRAL (2014)

No dia 2 de outubro de 2008, o Banco Central oferece para bancos comerciais a opção de deduzir até 40% do dinheiro recolhido para o compulsório, desde que essas instituições comprem operações de crédito de uma outra instituição. Já em 30 de outubro de 2008 o BACEN anuncia uma regra para forçar os bancos a liberarem o crédito obtido com o alívio no compulsório. O dinheiro do compulsório sobre depósitos a prazo era recolhido como título público. Ou seja, o banco recebe uma remuneração igual à do título. Os bancos passaram a recolher apenas 30% em títulos. Os outros 70% seriam recolhidos em espécie, ficando parados no BC sem remuneração. Para evitar essa perda, os bancos maiores, em tese, comprariam as carteiras de crédito e outros papéis de bancos menores.

Observa-se que com esta ação, houve uma oferta de moeda na economia com a finalidade de expandir o consumo. Fato relevante também foi o concedimento de um volume de crédito considerável para incentivo as pequenas e médias empresas e ao setor automobilístico para incrementar o mercado consumidor e a produção, principalmente no setor de serviços, já que o setor industrial foi diretamente afetado pela crise americana, e como forma de proporcionar um equilíbrio econômico ou pelo menos na tentativa de blindar o país contra os efeitos da crise que se instalou nos Estados Unidos.

Observa-se também que se deu início no quarto trimestre de 2008, outras medidas governamentais como oferta de crédito pelos Bancos Públicos, direto aos consumidores (pessoas físicas), com a finalidade de incremento do mercado consumidor a fim de que a economia aquecida, amenizasse os efeitos da crise de um modo geral, proporcionando um incremento nos setor de serviços inclusive com um aumento maior no número de empregos, face aquecimento das vendas, ocorridas pela maior oferta de crédito, alongamento dos prazos de financiamento e facilidades de crédito, principalmente para as pessoas físicas. O Governo também, atuou na implementação de medidas de redução de impostos, como por exemplo,

alterando os prazos para pagamento e recolhimento de impostos com o intuito de melhorar o nível dos caixas das empresas. O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) foi reduzido com a finalidade de expandir o consumo, como foi o caso de produtos da chamada "linha branca". Neste caso, tivemos uma redução significativa nos impostos principalmente dos eletrodomésticos e veículos. Somando-se o acesso mais fácil ao crédito, inclusive com a medida de redução também do IOF (Imposto sobre operações financeiras) para as pessoas físicas houve uma expansão do consumo, que foi o principal responsável para a manutenção do mercado econômico brasileiro no período de crise.

3. 1 BRASIL: AS MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO LULA DIANTE DA CRISE

O segundo mandato assumido pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, iniciado em Janeiro de 2007, teria pela frente um grande obstáculo e desafio, a princípio, com a chegada da crise econômica, que começou a impactar na economia brasileira em meados do ano de 2008.

Em uma análise mais profunda, pode-se verificar que a chegada da Crise Mundial no país forçou o Governo a tomar medidas emergenciais o que, acabou proporcionando um quadro favorável ao então governo Lula.

Podemos apontar como ponto crítico a quebra do Banco americano Lehman Brothers, cuja derrocada devastou uma crise de desconfiança mundial nos mercados financeiros do mundo inteiro. No Brasil o primeiro impacto deu-se na queda das exportações, ocasionadas pela crise mundial, afetando a moeda brasileira que se desvalorizou substancialmente.

As conseqüências planetárias da crise explicitaram o alcance que haviam adquirido as relações financeiras, comerciais e de investimentos e um processo de globalização que gerou um ajuste praticamente sem defasagens temporais em todas as economias, deixando aos países muito aprendizado e ensinamentos para o futuro a partir da crise global³. As medidas governamentais tomadas na ocasião foram

³ Fonte: GIAMBIAGI F.;BARROS O. **Brasil pós Crise: Agenda para a Próxima Década**: Rio de Janeiro, 2009, p.5.

essenciais para amenizar o impacto da crise no Brasil, e dentre elas a manutenção das políticas de planejamento e desenvolvimento desenhadas antes da chegada da crise. O Governo Lula primou pelo aumento gradativo do salário mínimo dos trabalhadores, proporcionando assim uma melhor distribuição de renda entre as camadas da sociedade e o conseqüente aumento do poder de compra dos brasileiros, fortalecendo de forma gradativa o mercado interno.

A continuidade também das medidas de implantação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com a injeção de investimentos públicos, serviu de equilíbrio e incremento da economia, dada a redução dos investimentos do setor privado, que foram atingidos pela crise. O Governo também atuou sabiamente na redução de diversas cargas tributárias, principalmente nos setores automobilísticos e eletrodomésticos, incrementando assim, a produção industrial aumentando o lucro das indústrias, mantendo os níveis de emprego (pelo menos no setor de serviços, o que equilibrou as perdas na indústria inicialmente afetada pela redução dos investimentos devido a crise) e conseqüentemente aquecendo a economia interna através do consumo das famílias. Isso se deu devido a renúncia por parte de impostos federais, tais como aqueles cobrados sobre bens duráveis. O IPI foi isentado para a venda de veículos automotores, e para a compra de motocicletas, motonetas e ciclomotores, o imposto isentado foi o IOF. No caso dos eletrodomésticos, o governo disponibilizou R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, principalmente nos setores de eletrodomésticos e móveis, além da redução da cobrança do IPI na chamada linha branca de eletrodomésticos (fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupas, entre outros)⁴.

Medidas de emergência e provisórias também foram tomadas, como a redução do compulsório para aumento na concessão de crédito e financiamentos. Outra medida foi a autorização ao Banco Central Brasileiro para aquisição de bancos menores, em caso de necessidade e isso evitaria quebras. A concessão aos Bancos Públicos para que estes proporcionassem ofertas de créditos mais otimizadas e com uma menor taxa de juros.

A manutenção dos programas de transferência de renda e os aumentos reais do salário mínimo, assim como, a continuidade da expansão do crédito aceleraram

⁴ Fonte: **Relatório Prévio sobre as Contas do Governo da República**, Brasília. Disponível em: <http://tcu.gov.br>. Acesso em: 15/11/2014.

ainda mais o crescimento do consumo das famílias, cuja taxa desse crescimento mais que dobrou nos dois primeiros anos do governo reeleito. De forma análoga, a expansão do investimento foi ainda mais intensa, tendo sua taxa de crescimento praticamente quadruplicado entre os anos de 2007 e 2008, sendo cerca de 15,9 % ao ano, em relação ao período anterior que foi de 4,3% ao ano (BASTOS,P.P, 2011).

Com o agravamento externo da crise, no ano de 2009, foi aprovado uma redução na taxa de juros, a SELIC, que passou de 12,66% para 9,16%⁵ no primeiro semestre, o que acelerou a economia.

TABELA1 – EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC

Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic

Reunião			Meta SELIC	TBAN	Taxa SELIC	
			% a.a.	% a.m.	-3%	% a.a.
nº	data	viés	(1)(6)	(2)(6)		(4)
<u>147ª</u>	09/12/2009	10/12/2009 - 27/01/2010	8,75		1,09	8,65
<u>146ª</u>	21/10/2009	22/10/2009 - 09/12/2009	8,75		1,09	8,65
<u>145ª</u>	02/09/2009	03/09/2009 - 21/10/2009	8,75		1,09	8,65
<u>144ª</u>	22/07/2009	23/07/2009 - 02/09/2009	8,75		0,99	8,65
<u>143ª</u>	10/06/2009	11/06/2009 - 22/07/2009	9,25		1,01	9,16
<u>142ª</u>	29/04/2009	30/04/2009 - 10/06/2009	10,25		1,12	10,16
<u>141ª</u>	11/03/2009	12/03/2009 - 29/04/2009	11,25		1,4	11,16
<u>140ª</u>	21/01/2009	22/01/2009 - 11/03/2009	12,75		1,57	12,66

⁵ Fonte: Histórico de Dados de Taxa de Juros. Disponível em: <http://bcbr.gov.br>, Acesso em: 15/11/2014.

<u>139ª</u>	10/12/2008	11/12/2008 - 21/01/2009	13,75	1,43	13,66
<u>138ª</u>	29/10/2008	30/10/2008 - 10/12/2008	13,75	1,53	13,65
<u>137ª</u>	10/09/2008	11/09/2008 - 29/10/2008	13,75	1,79	13,66
<u>136ª</u>	23/07/2008	24/07/2008 - 10/09/2008	13	1,7	12,92
<u>135ª</u>	04/06/2008	05/06/2008 - 23/07/2008	12,25	1,61	12,17
<u>134ª</u>	16/04/2008	17/04/2008 - 04/06/2008	11,75	1,41	11,63
<u>133ª</u>	05/03/2008	06/03/2008 - 16/04/2008	11,25	1,23	11,18
<u>132ª</u>	23/01/2008	24/01/2008 - 05/03/2008	11,25	1,18	11,18
<u>131ª</u>	05/12/2007	06/12/2007 - 23/01/2008	11,25	1,4	11,18
<u>130ª</u>	17/10/2007	18/10/2007 - 05/12/2007	11,25	1,4	11,18
<u>129ª</u>	05/09/2007	06/09/2007 - 17/10/2007	11,25	1,18	11,18
<u>128ª</u>	18/07/2007	19/07/2007 - 05/09/2007	11,5	1,51	11,43
<u>127ª</u>	06/06/2007	07/06/2007 - 18/07/2007	12	1,31	11,93
<u>126ª</u>	18/04/2007	19/04/2007 - 06/06/2007	12,5	1,59	12,43
<u>125ª</u>	07/03/2007	08/03/2007 - 18/04/2007	12,75	1,38	12,68
<u>124ª</u>	24/01/2007	25/01/2007 - 07/03/2007	13	1,36	12,93

FONTE: BANCO CENTRAL (2014)

O governo também propôs medidas para manter a liquidez, liberando o depósito compulsório dos bancos comerciais, através de uma política bancária, evitando assim uma crise em bancos menores. Instituições públicas adquiriram participação e compraram carteiras de crédito desses bancos, evitando assim a eventuais dúvidas sobre a situação financeiras dos bancos comerciais brasileiros. Isso proporcionou que o crédito ofertado as pessoas físicas e jurídicas tivessem prazos de pagamento maiores.

Para bancos federais com a Caixa econômica Federal e o Banco do Brasil, a ampliação dos financiamentos foi garantida pela captação de recursos, os quais foram oriundos da preferência dos clientes em manterem suas economias em bancos oficiais. Em relação BNDES, os financiamentos continuaram e ajudaram na aquisição e fusão, sob o comando de empresas brasileiras.

O Programa de Sustentação do Investimento garantiu os investimentos correntes, reduzindo a taxa de juros do BNDES, para a compra de bens de capital.

Outras medidas tomadas pelo governo foram: o não direcionamento do crédito, e também a manutenção do programa de elevação de salários dos servidores públicos. Os gastos públicos sobre o PIB foram mantidos, assim como os investimentos (ALMEIDA, 2011).

4. COMO A CRISE SE APRESENTOU NA EUROPA

A análise da apresentação do quadro de crise aguda, que chegou à Europa, não é específico para o continente. A apresentação dos fatos foi mundialmente semelhante, a medida que todo o sistema financeiro mundial encontra-se interligado por bolsa, títulos, empresas e teias de importação e exportação .

Os problemas decorrentes do sistema financeiro americano, causou mundialmente, uma oscilação (valorização e desvalorização) das moedas do mundo inteiro em relação à moeda americana, juntamente com o início da derrocada dos títulos hipotecários no mercado dos Estados Unidos, ocasionou o aparecimento de problemas graves de liquidez, já que, a falta de lastro dos papéis começaram a vir a tona como uma avalanche. Sendo os mercados mundiais interligados, a crise se alastrou pelo mundo.

A quebra do Lemans Brothers foi o acontecimento decisivo quando o Banco Francês Parybas se recusou a aceitar títulos hipotecários americanos em garantia, disseminando uma onda enorme de desconfiança no mercado financeiro.

Esses acontecimentos resultaram de uma onda neoliberal, onde achava-se que, os mercados mantendo-se livres, com a menor intervenção política, iriam sempre ajustar-se.

Dada a crise, o que fatalmente aconteceu foi que somente uma intervenção forte por parte de todos os governos, injetando muito dinheiro público para conter as quebras dos Bancos, associando-se a grandes empresas e comprando títulos podres, entre diversas medidas emergenciais.

O fato é que atualmente ainda a classe trabalhadora vem pagando esta alta conta através de impostos.

O grande dilema da globalização financeira se torna, então, claro: os papéis financeiros, em sua maioria tóxicos, circulam globalmente pelo mundo num giro incessante enquanto os instrumentos de regulação tipo, como o banco central nacional está fragmentariamente disperso em dezenas de nações. Na verdade, os instrumentos quando regulavam, e no caso dos derivativos eram completamente deixados a mercê do mercado, ou seja, sem nenhuma regulação. E se por acaso fossem acionados, teriam sua capacidade inoperantes pela sua fragmentação (CARVALHO W. A, 2011, p. 61).

5. COMO O GOVERNO AMERICANO E PAÍSES EUROPEUS REAGIRAM DIANTE DA CRISE

Desde a crise econômica de 1929, o mundo vem se desvinculando de ideais liberais, e demonstra a importância de uma intervenção do Estado na economia diante de situações críticas.

A situação em que os países se encontram desde a crise de 2008, demonstra a condição em que o capitalismo mundial se encontra. Isso abala os alicerces econômicos e sociais em todos os países, principalmente nos Estados Unidos e países da Europa, que tem suas economias centradas em sistemas financeiros, e não produção, ou seja, sem lastro em ganho real, e principalmente pela grande oferta de crédito para que o consumismo seja mantido aquecido, e mantendo assim, os rendimentos deste ciclo. Com consequência disso, houve um grande endividamento das famílias, desemprego, que gera assim, uma tensão social.

Diante do fato dos Estados Unidos terem sido atingidos pela crise, a Europa, também foi afetada diretamente, e países como Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, passaram a apresentar problemas para saldar suas dívidas. Esses países não apresentaram condições de manter um crescimento econômico, após a crise, suficiente para liquidar os compromissos diante de seus credores.

5.1. EFEITOS DA CRISE AOS PAÍSES DENOMINADOS PIGS

Para a União Européia, bloco econômico, político e social, os países denominados de o grupo PIGS (grupo de países investidores constituído de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha que estavam preocupados com a situação em que a crise submeteu a dívida soberana desses países), o montante da dívida pública desses países superou os 10 trilhões de Euros no ano de 2010 (CONTIJO, 2012).

Com a crise do crédito imobiliário ocorrido nos Estados Unidos em 2008, a União Européia conheceu uma forte contração no crescimento. Esta contração foi de 0,7% no primeiro semestre e de 0,4% no segundo semestre do ano. Dentre os países que mais se destacaram para esse “crescimento negativo”, foram a Irlanda (decréscimo de 1,3%), Itália (decréscimo de 0.2%) seguidos da Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal. No ano seguinte, a perda foi ainda maior, quando a União Européia registrou um PIB negativo de 4,3% (CONTIJO, 2012, P.21)

Com a preocupação das instituições européias em manter a estabilidade de preços e o equilíbrio fiscal, as quais se juntaram ao FMI para participar de pacotes financeiros para resgate da economia dos países afetados, acabaram agravando a condição de crise e instabilidade para a área do Euro.

Para Grécia, os efeitos da crise foram devastadores. O país apresentou que, suas políticas fiscais eram totalmente insustentáveis para poder suprir o impacto da crise. Em 2009, o fraco crescimento econômico, levou a grandes déficits orçamentários e o país apresentou dívidas muito maiores que o próprio tamanho da economia. Com altos gastos públicos e também com o funcionalismo, as reservas dos cofres públicos foram se esgotando diante da evasão de impostos, e com a redução do

fornecimento de crédito devido à crise mundial, a situação econômica da Grécia piorou muito.

Em 2010, o país precisou pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional no valor de US\$ 110 bilhões⁶, e também para a União Européia, dando à Grécia a possibilidade de melhorar sua economia ao longo de um tempo e poder assim ter acesso a empréstimos a juros mais baixos, mas para isso, é preciso que o país se submeta a algumas medidas (CONTIJO, 2012).

No ano de 2011, o governo grego lançou medidas de austeridade necessárias para tentar melhorar a saúde econômica do país, e com isso, poder obter a ajuda financeira da União Européia. As medidas incluem corte de gastos de US\$ 28 bilhões⁷, juntamente com o aumento de impostos para melhorar a arrecadação dos cofres públicos e implementar privatizações. Essas medidas foram recebidas com muitas manifestações por parte da população do país.

Diante de tantas dificuldades, a Grécia, se vê em possibilidades de ter de pedir a moratória da dívida, o que levaria o país a não saldar os valores dos juros de suas dívidas ou fazer com que os credores aceitem valores abaixo dos valores a serem pagos, ou um eventual perdão da dívida. Uma decisão como essa, poderia levar a outros países também com suas economias fragilizadas pela crise, a tomarem a mesma decisão. Isso levaria a um aumento de custos dos empréstimos feitos a pelos países menores à União européia, isso levaria a penalizar os bancos que emprestam dinheiro, aumentando a demanda por fundos do Banco Central Europeu.

As medidas de austeridade tomadas pelo governo grego, foram exigidas pela chamada “troika” (comissão composta pelo Fundo Monetário Internacional, pela União Européia e pelo Banco Central Europeu) para que o país tivesse acesso aos 130 bilhões de euros, a juros mais baixos, possibilitando o pagamento de dívidas a bancos privados. Essa necessidade de empréstimos levou o país a ter cortes de gastos referentes ao PIB, cortes a empregos, previdência e salários e recapitalização de bancos gregos.

⁶ Fonte: site www.gazetadopovo.com.br – acesso em 15/10/2014.

⁷ Fonte: www.g1.globo.com/economia - acesso em 10/11/2014)

Para Portugal, inicialmente no final do ano da crise, em 2008, a rápida degradação da economia do país, fez com que a União Europeia exigisse dos demais países participantes, um trabalho direcionado a políticas fiscais orçamentárias expansionistas e resgate a bancos.

Em 2008 e 2009, os esforços foram centrados em manter a estabilidade financeira, protegendo os bancos. Já em 2009, Portugal se preocupou em incentivar os investimentos e na melhoria do emprego.

No ano de 2010, Portugal entra definitivamente com medidas de austeridade para melhoria da economia do país. É iniciado um programa de estabilidade e crescimento, através da contenção da dívida pública. As medidas tomadas foram a redução de encargos salariais com a administração e sistemas de pensão públicos, controle de gastos do Estado e congelamento dos investimentos públicos. Redução de benefícios fiscais e aumento das taxas de impostos e programas de privatizações.

Para a Alemanha, o governo do país aprovou pacotes de auxílio às instituições financeiras, políticas salariais, e incentivos à produção como forma de minimizar os efeitos da crise.

A Espanha tomou medidas de apoio às pequenas e médias empresas, através da concessão de linhas de créditos mais longas com o intuito de incrementar o setor produtivo, e com isso manter os empregos. Eliminou alguns impostos, otimizou as exigências que impunha no setor de construção civil a fim de aquecer o setor e manter os empregos.

A Irlanda enfrentou a crise com medidas de garantia dos papéis dos seus bancos, com a finalidade de amenizar os impactos negativos da crise em seu sistema financeiro local. Em 2009, o país apresentou uma situação de vulnerabilidade do seu sistema bancário, e anunciou um déficit orçamentário de 14,2% do PIB (CONTIJO, 2012)

A crise atingiu em cheio todas as partes do mundo principalmente os países desenvolvidos, gerando uma contração das exportações e importações, uma contração do crédito que a muito não se via tão profunda. Além do mais, a contração do mercado exterior chinês em novembro e dezembro de 2008, com o conseqüente

estancamento desta economia, causaram um "freio de arrumação" na economia mundial (CARVALHO, 2011, P.76).

6 CONCLUSÃO

No Brasil, como o foco das medidas anti crise se concentraram em fomentar o mercado consumidor a fim de que os efeitos se tornassem menos drásticos para a economia do país. Atualmente, há uma desaceleração do consumo face às dívidas das famílias auferidas com as facilidades e medidas tomadas e concedidas pelo Governo, em meados de 2008, justamente com o intuito de proteger o país contra a crise. Medidas estas que hoje estão resultando em um quadro econômico de retração do consumo, com o aumento na taxa de juros a fim de conter o mesmo, originalmente incentivado pelas políticas governamentais e que agora com a sinalização de um quadro de inadimplência das famílias, o Governo precisou tomar medidas para frear o consumo através da alta de juros. As Crises são cíclicas, e às vezes graves, às vezes amenas, às vezes internas e, às vezes mundiais.

A intervenção do Estado com políticas emergenciais para conter os efeitos da crise mundial em 2008 estão agora refletindo negativamente na economia interna brasileira, resultado dos incentivos e medidas tomadas em sua origem para blindar os efeitos da crise americana no Brasil.

Cada país teve que tomar suas próprias medidas de acordo com aspectos econômico-financeiros com a finalidade de proteger os mercados o máximo possível contra os efeitos da crise, cada qual com suas políticas internas, intervindo diretamente através de concessões maiores de crédito, injeção de recursos públicos para a manutenção dos bancos, entre outras medidas, cada qual focando seus aspectos internos. A Grécia foi um dos países mais afetados. O país não tinha estrutura de governo adequada para se proteger dos efeitos negativos da crise, pois tinha muitos gastos públicos, poucas reservas e acabou por solicitar auxílio à União Européia e FMI na tentativa de melhorar a sua situação. Portugal focou suas medidas na proteção dos bancos e contenção da dívida pública a fim de estabilizar sua economia. A Espanha, e a Alemanha, deram o foco na concessão de crédito mais otimizado, principalmente para auxiliar e incentivar as pequenas e médias

empresas, incrementando o setor produtivo. Por fim, o Brasil com suas medidas tomadas de forma consciente e imediata, priorizou a manutenção do setor produtivo e facilitou a concessão de créditos, primou pela transferência de rendas, redução da taxa de juros e manutenção dos planos de desenvolvimento e ainda a proteção do sistema bancário.

REFERÊNCIAS

A CRISE FINANCEIRA DOS ESTADOS UNIDOS, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/12/11ult4294u2001.jhtm>. Acesso: 12/11/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico de Dados de Taxa de Juros**. Brasília: 2007 – 2009. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.b/taxa de juros>>, Acesso em: 15/11/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Histórica de Recolhimentos Compulsórios e Alíquota**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.b/taxa de juros>>. Acesso em: 12/11/2014.

CARVALHO, W. A. , A Crise Financeira Mundial, p.76.

CINTRA, M. A. MACEDO e Gomes, Keiti da Rocha, As Transformações no Sistema Financeiro Internacional. Brasília: Ipea, 2012, 2v.

CINTRA, M. A. MACEDO e Martins, Aline Regina Alves , As Transformações no Sistema Monetário Internacional. Brasília: Ipea, 201, 389p.

CALDWELL, B. *at el*. The Collected Works of F. A. von Hayek, Chicago and London, v.19, 1997.

SEMINÁRIO A CRISE MUNDIAL E OS DESAFIOS DE UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO, 2009, Brasília, Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br>> Acesso em: 12/11/2014.

D'AGOSTINI L. M., As medidas de austeridade fiscal implementadas nos PIGS: porque a Europa pode entrar novamente em recessão?, **Economia & Tecnologia**, v.21, n. 3, abril/junho de 2010. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em: 19/11/2014.

GANEM, A. et al. Estante de economia Política. **Crítica à leitura hayekiana da História: a perspectiva da ação política de Hannah Arendt**, Belo Horizonte,

vol.19 n.2, Setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.sciel.br>>. Acesso em: 28/11/2014.

HARVY, D., O Novo Imperialismo. 2003.

NARDES, A., **Desempenho da Economia Brasileira em 2008**. Disponível em: <http://www.tcu.org>. Acesso em 27/10/2014.

OREIRO, J. LUIZ, Origem, Causas e Impacto da Crise. Valor Econômico, São Paulo, setembro 2011. Disponível em: <
<http://www.jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico>>. Acesso em: 05/11/2014.

PEREIRA, L. CARLOS BRESSER, Crise e a Recuperação da Confiança. **Dossiê da Crise**, p. 6-7, 2008.

PEREIRA, L. CARLOS BRESSER, Crise e Deflação dos Ativos: por que?. **Dossiê da Crise**, p. 8-11, 2008.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS ESTADOS UNIDOS. Central Intelligence Agency, 1999 – 2011. Disponível em [http://: www.indexmundi.com](http://www.indexmundi.com). Acesso 20/11/2014.

RELATÓRIO PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA, 2008, Brasília. Disponível em: <http://tcu.gov.br>. Acesso em: 15/11/2014.

SEMINÁRIO A CRISE MUNDIAL E OS DESAFIOS DE UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO, 2009, Brasília, **Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <[http://: www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)> Acesso em: 12/11/2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, **Relatório Prévio sobre as Contas do Governo da República**, Brasília. Disponível em: <<http://tcu.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2014. **AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA NOS ESTADOS UNIDOS, Inadimplência Total dos empréstimos Garantidos por Imóveis**. Disponível em:<http://www.mises.org.br>. Acesso em: 20/11/2014.